



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Andrus ANSIP
Mercado Único Digital
Vice-Presidente da Comissão

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Participo na política ativa há 16 anos, incluindo nove anos em que servi como Primeiro-Ministro. Esta experiência deu-me confiança para aceitar a proposta do Presidente eleito e apresentar a minha candidatura ao cargo de Vice-Presidente. Enquanto Primeiro-Ministro, foi-me confiada a tarefa de dirigir três diferentes coligações governamentais com partidos de centro-direita e de centro-esquerda. Conduzi todos os meus governos com o entendimento de que é preciso procurar consensos e agir como ponte, para se poderem atingir objetivos comuns. Tenciono manter esta prática, caso venha a ser nomeado Vice-Presidente.

Como cidadão e como político, sempre fui um defensor do projeto europeu, que se baseia em valores democráticos. Afigurou-se-me como óbvio que, para lançar a minha candidatura ao cargo de Comissário, deveria procurar obter um mandato democrático nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014. Sinto-me profundamente honrado pelo facto de ter merecido a confiança dos eleitores. Sempre acreditei que os objetivos europeus e nacionais se reforçam mutuamente – nunca «atirei as culpas» para Bruxelas e nunca tolerarei que os meus ministros tendessem a fazê-lo. Sinto um orgulho imenso por o país que melhor conheço ter aderido à UEM como 17.º membro de pleno direito em janeiro de 2011, no auge da crise financeira, dando assim um sinal de confiança no projeto europeu. No momento em que cessei as minhas funções de Primeiro-Ministro, 80 % dos estónios eram a favor do euro (a taxa mais elevada da UE) - ver nota final n.º 1. Creio igualmente que a Europa deve valorizar a solidariedade e o meu governo defendeu este princípio nas negociações dos dois quadros financeiros, na audiência do Tribunal Constitucional sobre a legalidade do MEE, e aplicou-o em relação aos países que mais sofreram durante a crise financeira mundial.

Se for confirmado, espero poder dar um contributo para o projeto europeu, servindo como Vice-Presidente para o Mercado Único Digital. Tive a oportunidade de estar na vanguarda da transformação digital de um país que atualmente se destaca em muitas áreas da administração pública em linha e das soluções digitais públicas e privadas seguras, e que leva muito a sério a cibersegurança e a proteção dos dados. Apenas alguns exemplos: durante as últimas eleições para o PE, 33 % dos votos na Estónia foram expressos pela Internet, através do sistema de voto eletrónico utilizado pela primeira vez no mundo nas eleições gerais de 2005. Por outro lado, segundo as estimativas, a ampla aceitação da assinatura digital nos setores público e privado

(numa população de 1,3 milhões de habitantes, registaram-se mais de 175 milhões de assinaturas) poupa à economia da Estónia uma semana de trabalho todos os anos. Como Primeiro-Ministro também lancei, juntamente com os meus colegas finlandês, dinamarquês e holandês, a iniciativa de enviar uma carta ao Conselho Europeu de junho de 2010 em que se preconizava a criação, até 2015, de um «Mercado Único Digital» na UE. Fui um acérrimo defensor deste objetivo em todas as reuniões do Conselho Europeu, até à última vez em que o tema foi abordado em outubro de 2013.

Embora não seja um especialista em programação, apesar de ter aprendido, estou plenamente consciente da importância crescente que as competências informáticas terão para a Europa. Conheço as expectativas dos cidadãos e consumidores e as necessidades das empresas. Quero ver um Mercado Único Digital em que os consumidores são protegidos e têm a liberdade de escolher os bens e serviços para lá das fronteiras, sendo as suas preferências a dirigir o mercado, e em que as empresas inovadoras têm verdadeiras oportunidades de serem bem sucedidas, em vez de se debaterem com fronteiras ultrapassadas e interesses instalados. Acredito numa sociedade em que os governos e os municípios se devem esforçar para proporcionar aos cidadãos formas fáceis e eficientes de comunicar com os seus serviços e, caso prefiram, por via digital e em plena segurança.

A Europa dispõe de boas soluções digitais e existem oportunidades para proporcionar benefícios aos consumidores e às empresas, que contribuirão para a criação de emprego e para o crescimento, mas temos que conseguir eliminar os obstáculos, pôr fim à compartimentação e estabelecer pontes entre os nossos enquadramentos regulamentares. É precisamente o que tenciono fazer, com base nas orientações políticas dadas pelo Presidente eleito Juncker.

Para melhor servir os interesses dos cidadãos europeus, comprometo-me a agir com independência e integridade. Farei o meu trabalho de acordo com os padrões de imparcialidade e disponibilidade exigidos pelo artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e pelo artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Respeitarei os princípios éticos exigidos a qualquer membro da Comissão Europeia, que estão claramente pormenorizados nos Tratados e no Código de Conduta dos Comissários. A este respeito, recusarei quaisquer instruções de qualquer governo ou qualquer outra entidade. Serei fiel à Comissão Europeia e à visão do Presidente eleito de uma administração pública europeia moderna, eficiente e transparente.

Se for confirmado, respeitarei plenamente os novos requisitos de transparência estabelecidos pelo Presidente eleito nas suas orientações políticas.

Preenchi a minha declaração de interesses prevista no Código de Conduta dos Comissários e coloquei-a à disposição do público. Informarei imediatamente o Presidente eleito e atualizarei a minha declaração caso ocorra alguma alteração. Informarei igualmente o Presidente eleito de qualquer situação que possa pôr em causa a minha independência, imparcialidade e disponibilidade para a Comissão. Não exercerei qualquer outra atividade profissional para além das funções que me são confiadas.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Caso a minha nomeação seja confirmada, vou dirigir e coordenar uma das dez prioridades da Comissão Juncker – o Mercado Único Digital conectado. Na qualidade de Vice-Presidente, vejo-me como líder de uma equipa que vai orientar as ações em diferentes domínios e congregar todas as iniciativas políticas necessárias para realizar a tarefa ambiciosa que o Presidente eleito Juncker me pretende confiar. Pela sua própria natureza, a execução de um tal projeto prioritário far-me-á interagir com um grande número de outros membros da Comissão, com vista a tirar partido das competências da Comissão no seu conjunto.

Para concretizar um continente conectado, temos mais do que nunca que trabalhar em ligação, afastando as visões setoriais limitadas que ainda prevalecem em tantas organizações, quer públicas, quer privadas. A proposta de reestruturação da Comissão segundo um figurino de cooperação é um passo lógico neste sentido que tenciono aproveitar plenamente, juntamente com os meus colegas Comissários. Nomeadamente, penso que uma utilização mais inteligente das ferramentas informáticas de colaboração poderá ajudar-nos.

Estou consciente de que, para ter êxito, terei de ouvir atentamente a sociedade civil, os consumidores, as empresas e os investigadores, e dar resposta às suas necessidades e preocupações. Atribuo a maior importância ao papel do Parlamento Europeu enquanto principal transmissor das vozes das nossas sociedades. Tenciono estabelecer uma colaboração célere e rigorosa com o conjunto de partes interessadas logo desde os primeiros meses do meu mandato, caso seja confirmado.

Foi-me confiada a difícil tarefa de, nos primeiros seis meses do meu mandato, elaborar medidas ambiciosas para a realização do Mercado Único Digital. Espero, com a ajuda dos meus colegas Comissários, poder apresentar estas medidas legislativas aos deputados deste Parlamento. Valorizo o papel que o Parlamento Europeu desempenha na obtenção de resultados que respondam aos anseios dos cidadãos. Por conseguinte, tenciono manter, e sempre que possível melhorar, um diálogo aberto e construtivo com o Parlamento Europeu. Acredito num debate franco e aberto com o Parlamento Europeu, que crie relações baseadas na confiança mútua. Será com prazer que participarei nas sessões plenárias do Parlamento Europeu e nas reuniões das comissões parlamentares competentes, comprometendo-me pessoalmente a assegurar uma representação adequada da Comissão em caso de ausência imprevista.

Sem prejuízo do princípio da colegialidade que, é minha convicção, será reforçado com a nova configuração proposta pelo Presidente eleito Juncker, considero-me responsável pelas minhas ações perante os representantes dos cidadãos da União Europeia, em conformidade com o Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

A Comissão Europeia depende do apoio político do Parlamento Europeu. A este respeito, considero que as posições do Parlamento devem merecer a maior atenção e a devida sequência e procurarei assegurar que tal assim seja nas áreas sob a minha responsabilidade, nomeadamente prestando especial atenção aos pedidos apresentados pelo Parlamento nos termos do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Tenciono igualmente assegurar que as resoluções do Parlamento na área sob a minha responsabilidade tenham resposta no prazo previsto no Acordo-Quadro. Quanto às propostas atualmente pendentes, irei examinar a sua situação e encetar um debate colegial na Comissão, respeitando simultaneamente as obrigações decorrentes do Acordo-Quadro. Reconheço a necessidade de efetuar e vou assegurar que se efetue uma ampla consulta das partes interessadas e uma avaliação rigorosa de impacto, refletindo a importância atribuída à qualidade da legislação e a um quadro regulamentar adequado, trabalhando em estreita colaboração com o Primeiro Vice-Presidente indigitado para alcançar este objetivo.

O Parlamento Europeu pode contar com o meu apoio e empenho na aplicação integral do princípio da igualdade de tratamento do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao acesso a reuniões ou informações, em conformidade com as disposições do Acordo-Quadro.

Perguntas da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

3. Crescimento, competitividade e criação de emprego

Que medidas irá adotar para contribuir para melhorar o crescimento, a competitividade e a criação de emprego no mercado único? Que estratégia holística concebe V. Ex.^a para um desenvolvimento equilibrado do mercado único, que seja capaz de trazer benefícios concretos para as empresas, os consumidores e os trabalhadores? Que medidas irá adotar para que as empresas, em particular as PME, tenham acesso e colham os benefícios do mercado único?

Como concebe a prossecução do processo político iniciado pelo Ato para o Mercado Único? Considera concebível a ligação do exercício do Ato para o Mercado Único à Governação do Mercado Único e ao papel da integração do mercado único no Semestre Europeu?

A economia mundial está a tornar-se digital. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) não são apenas um setor da economia, mas também os alicerces de uma sociedade moderna e inovadora, estando presentes praticamente em todas as suas partes. O digital introduz novas formas de produzir bens e prestar serviços, desde os automóveis e os produtos químicos até à saúde, à distribuição e à energia. A implantação das TIC possibilitou a digitalização de uma quantidade crescente de conhecimentos, bens, serviços e processos. A economia digital está, por conseguinte, no centro dos esforços da UE no sentido de relançar o crescimento, promover a inovação e criar novos postos de trabalho. O mercado interno, motor da integração e da prosperidade europeias, deve ser progressivamente transformado e alargado ao mundo digital. A menos que consigamos superar os desafios colocados pela fragmentação e pelos interesses particulares de curto prazo, a Europa arrisca-se a perder a posição de liderança que tem mantido nos mercados globais (automóvel e maquinaria, produtos farmacêuticos e biotecnologia, comércio retalhista, logística e outros serviços).

A criação de um enquadramento favorável ao crescimento e à criação de emprego é o principal objetivo das iniciativas que a Comissão colocará sobre a mesa e estou convicto de que podemos e devemos fazer mais. A partir das medidas já tomadas, e em conjunto com todos os colegas envolvidos, vou desenvolver uma estratégia holística para nos orientar neste esforço de eliminação dos obstáculos, em especial para as PME, a fim de explorar o potencial do Mercado Único Digital. Hoje, só 14 % das PME utilizam a Internet para vender em linha. O mercado está fragmentado. Os consumidores sentem-se frustrados quando não conseguem aceder aos serviços digitais em outro Estado-Membro por causa de práticas comerciais restritivas ou impedimentos jurídicos, ou devido à complexidade e falta de transparência das regras aplicáveis. Temos a oportunidade e a obrigação de provocar uma verdadeira mudança em termos de criação de condições para o investimento, estimulando tanto a oferta como a procura, ajudando a construir uma economia digital dinâmica e maximizando em simultâneo o potencial de adesão ao digital.

A minha intenção é assegurar que as nossas principais políticas e enquadramentos se reforcem mutuamente e que, em conjunto com a investigação e a inovação orientadas, proporcionem benefícios concretos para os consumidores, as empresas e as administrações públicas. O reforço da competitividade não resultará de uma ação única ou de um único setor. Será o resultado de se direcionarem todos os nossos esforços a nível nacional e da UE para o reforço do mercado único, aumentando a sua dimensão digital, apoiando o empreendedorismo digital, estimulando o investimento em infraestruturas e novas tecnologias, promovendo a criação de conteúdos e garantindo a atratividade da UE enquanto local de produção e destino do investimento necessário para ajudar as empresas a tirarem o melhor partido das oportunidades transfronteiriças, tanto no mercado único como fora da UE. A principal prioridade da minha estratégia para o Mercado Único Digital será a criação dos incentivos adequados para os investimentos públicos e privados em infraestruturas, em especial nas tecnologias de banda larga e nas tecnologias e serviços inovadores.

Existe uma grande variedade de políticas, iniciativas e programas que contribuem para a criação de um Mercado Único Digital conectado – infraestruturas digitais que proporcionam uma conectividade de alto débito (banda larga), direitos de autor, segurança, normalização das TIC, computação em nuvem, infraestruturas de serviços digitais, fabrico digital, transportes digitais, cidades digitais, redes inteligentes, meios de comunicação social digitais (ver mais pormenores sobre estes aspetos na resposta à questão 4). Caso seja confirmado, tudo farei para assegurar que a vertente digital das políticas não seja simplesmente anexada às iniciativas, mas antes esteja

no cerne da sua evolução. É necessário adotar uma nova abordagem transversal a aplicar a toda a cadeia de valor, tanto do ponto de vista da oferta como dos consumidores.

Ao longo dos últimos anos, as recomendações específicas por país formuladas anualmente pela Comissão no contexto do Semestre Europeu foram utilizadas para estimular os esforços de reforma significativos de muitos Estados-Membros. Estes esforços começaram a dar frutos. Creio também que incorporar a dimensão da integração do mercado único no Semestre Europeu é a abordagem correta. O relatório anual sobre o funcionamento do mercado único e a identificação de orientações estratégicas no âmbito da Análise Anual do Crescimento deverão continuar a ser um instrumento essencial para avaliar os progressos e os problemas subsistentes.

4. Impulsionar o Mercado Único Digital para os consumidores e as empresas

Que medidas concretas pretende tomar para completar o Mercado Único Digital para os consumidores e as empresas? Quais os setores do Mercado Único Digital em que tenciona concentrar-se para reduzir os obstáculos para os consumidores e as empresas, e porquê?

Como pretende trabalhar com outros comissários, no sentido de garantir que a melhoria da utilização das tecnologias digitais e dos serviços em linha será uma política horizontal que abrange todos os setores da economia?

A recente evolução do mercado no setor digital levanta novos desafios importantes para a defesa dos consumidores. Como tenciona abordar esta evolução?

Como planeia reduzir os obstáculos que impedem os consumidores e as empresas de tirar pleno partido das possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais? Como tenciona melhorar a segurança, bem como a sensibilização dos consumidores e retalhistas para os direitos e obrigações em linha?

A minha primeira tarefa será formular uma estratégia clara a longo prazo que agregue as diferentes competências regulamentares da Comissão e delinear uma visão coerente para o Mercado Único Digital e para a economia e a sociedade digitais. Quero dirigir e coordenar um programa de ações prioritárias que possam desencadear a emergência de uma economia digital única. Precisamos de uma avaliação clara dos principais obstáculos que ainda falta remover. Nos primeiros seis meses, vou angariar o apoio das instituições da UE, das partes interessadas e da opinião pública, e assegurar a conceção de um programa ambicioso com uma clara calendarização. Vou concentrar-me na supressão dos obstáculos e na plena exploração do potencial do espaço económico único digital. Muitos dos desafios já são conhecidos: a fragmentação regulamentar, a insegurança jurídica e os elevados custos de conformidade, a falta de confiança e uma segurança insuficiente no ambiente em linha, bem como a falta de trabalhadores qualificados e de consumidores com competências em tecnologias digitais.

Algumas ações implicam dar um novo ímpeto a propostas que já se encontram sobre a mesa. O setor das telecomunicações europeu, que fornece a infraestrutura de base da economia digital, continua a estar fragmentado em função das fronteiras nacionais e da falta de uma abordagem coerente a nível da UE. Isto representa uma importante oportunidade perdida. Com base no trabalho já realizado, tenciono colaborar com os meus colegas para acrescentar maior ambição à reforma em curso da nossa regulamentação das telecomunicações.

Também pretendo garantir o êxito do setor europeu dos meios de comunicação social e conteúdos, dando resposta às necessidades dos consumidores e respeitando valores fundamentais como a liberdade de expressão e criando um ambiente favorável para os serviços transfronteiriços. Além disso, tenho como objetivo concluir as negociações sobre as regras europeias comuns em matéria de proteção de dados e concluir a avaliação do sistema «Porto Seguro». Tenciono também assinalar a necessidade de apresentar rapidamente novas iniciativas – modernizar as regras aplicáveis aos direitos de autor à luz da revolução digital e simplificar as regras de defesa do consumidor para as compras em linha e digitais.

O Mercado Único Digital não diz só respeito a um número reduzido de setores. O Mercado Único Digital deve ser um espaço em que os particulares e as empresas podem, num ambiente seguro, beneficiar de um acesso em linha fiável e exercer atividades em condições de concorrência leal e com um elevado nível de proteção dos dados e dos consumidores, independentemente da sua nacionalidade ou local de residência. Assim, o objetivo global deve ser um «mercado único

preparado para a era digital», em que a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais é estimulada pelas tecnologias digitais. O mundo em linha é global e não conhece fronteiras no sentido tradicional. Muitas questões só podem ser devidamente abordadas num contexto mais global, tais como a questão da Internet aberta ou mesmo da governação da Internet. Estou pronto para coordenar os esforços desenvolvidos pela Comissão a nível internacional neste domínio.

Se for confirmado, o meu principal papel na qualidade de Vice-Presidente será orientar e coordenar os trabalhos da Comissão no domínio do Mercado Único Digital, a partir dos contributos de outros comissários e serviços. A tónica será colocada no esforço coletivo com base em objetivos estratégicos partilhados mutuamente. As TIC não são um setor prioritário autónomo, mas sim uma modalidade transversal com aplicações críticas em todos os setores da nossa economia. Para assegurar que a vertente digital esteja desde o início no cerne da evolução das iniciativas relevantes, temos que nos certificar de que o digital está totalmente integrado nos instrumentos de regulamentação inteligente da Comissão, tais como a avaliação de impacto.

Vou assegurar uma coordenação eficaz neste domínio, tendo em vista a congregar dados, conhecimentos especializados e infraestruturas, a fim de criar sinergias e reforçar a ação no seio da Comissão. Quero garantir que o impacto transformador das tecnologias digitais se torne um tema horizontal para o Colégio e criar mecanismos para ultrapassar os efeitos da fragmentação. Neste cenário, a criação de grupos de trabalho inter-DG baseados em projetos será a norma e não a exceção, e o trabalho de cada equipa basear-se-á em ferramentas informáticas modernas destinadas a facilitar a colaboração e a realização de objetivos específicos. Incluirá igualmente o estímulo à utilização pela Comissão das tecnologias digitais no seu próprio trabalho.

A segurança é a base da confiança na Internet e na economia digital. Temos testemunhado com cada vez maior frequência situações em que ocorrem graves falhas de segurança e ciberataques, assim como uma preocupação sem precedentes com a cibersegurança e a vigilância eletrónica. Além disso, os novos desenvolvimentos tecnológicos, como a computação em nuvem e os megadados, são suscetíveis de criar novos desafios em matéria de segurança. Acredito que poderemos concluir as negociações sobre a diretiva relativa à segurança das redes e da informação e promover a sua rápida aplicação. Esta será uma pedra angular da nossa estratégia de cibersegurança.

A cibercriminalidade é uma ameaça que nenhum Estado-Membro é capaz de combater isoladamente e que tem um impacto significativo a nível económico e dos direitos fundamentais que não podemos ignorar. Por conseguinte, a coordenação e cooperação entre os Estados-Membros são essenciais e a ação da UE pode criar as condições necessárias para as facilitar e estimular. Envidarei esforços para tornar a Internet um lugar mais seguro para os cidadãos da UE, onde estes possam exercer com confiança os seus direitos fundamentais e prosseguir as atividades de natureza comercial ou social, bem como para as empresas.

A confiança dos consumidores é fundamental para o Mercado Único Digital. Quero que os consumidores possam realizar facilmente compras em linha sem restrições de fronteiras. Os consumidores não devem ter mais dificuldades em aceder a um serviço digital (público ou privado) ou a conteúdos digitais de outro Estado-Membro do que do seu país. Quero que os consumidores tenham confiança nos sítios Web e nos serviços digitais, independentemente do seu local de origem na UE. Quero que se sintam seguros em linha, sabendo que os seus dados privados estão bem protegidos. Há atualmente muitos problemas ligados à fragmentação regulamentar e aos conflitos de leis e jurisdições. Os novos modelos de negócio devem respeitar os direitos do consumidor existentes. Um elemento fundamental da nossa estratégia para o Mercado Único Digital será a modernização e simplificação das regras de defesa do consumidor nas compras em linha e digitais.

Um dos meus objetivos imediatos, em cooperação com os outros Comissários, é a rápida conclusão das negociações sobre as regras europeias comuns em matéria de proteção de dados, que são vitais para o funcionamento e a conclusão do Mercado Único Digital. Por conseguinte, nos primeiros seis meses do meu mandato, envidarei todos os esforços para que o pacote de reformas seja adotado. Com demasiada frequência, os contratos entre os prestadores de serviços de computação em nuvem e os consumidores transferem todos os riscos para o consumidor, ficando os prestadores com a maior parte dos benefícios. Vou também trabalhar em conjunto com os outros Comissários, com vista a propor regras que proporcionem aos consumidores e às PME confiança nos serviços de computação em nuvem e que não sejam demasiado pesados para os prestadores de serviços de computação em nuvem.

Quero igualmente garantir que os cidadãos europeus estejam equipados para beneficiar plenamente do mundo digital. As previsões sugerem que, no futuro, quase todos os empregos exigirão pelo menos algumas competências digitais básicas. Um grande número de europeus adultos não dispõe de quaisquer competências digitais. Apesar de as tecnologias digitais serem amplamente utilizadas por crianças, os jovens ainda não dispõem do acesso, tecnologias e conteúdos educativos que tornem a experiência de aprendizagem mais eficaz, atrativa e personalizada.

Na nossa estratégia para o Mercado Único Digital, utilizando o meu papel de Vice-Presidente, pretendo estimular o debate político entre todas as partes interessadas sobre as necessidades do mercado de trabalho, abordar o futuro da aprendizagem na era digital, salientando as implicações a curto, médio e longo prazos para o emprego, as competências, o crescimento e o emprego na Europa. Devemos ainda aproveitar iniciativas como a «Grande Coligação para a Criação de Empregos na Área Digital» e mobilizar todos os programas de financiamento relevantes para esse efeito.

A nossa estratégia para o Mercado Único Digital deve também incluir formas de tornar as administrações públicas mais transparentes e eficazes, implantando a administração pública digital e em linha em todos os Estados-Membros e na Comissão. Em cooperação com o Vice-Presidente responsável pelo Orçamento e Recursos Humanos vou estudar a forma de melhorar a interação com as administrações dos Estados-Membros, por exemplo em matéria de comunicação e intercâmbio de informações sobre os sistemas necessários para o funcionamento da UE, e facilitar a sua interoperabilidade transfronteiriça.

5. Regulamentação inteligente

Como irá melhorar as avaliações de impacto quer ex ante, quer ex post, a fim de garantir uma avaliação equilibrada e holística de novas propostas legislativas sobre a legislação em vigor no domínio do Mercado Único Digital ? Como irá garantir, em particular, que tenham por base dados empíricos e testes aperfeiçoados e reforçados sobre o mercado interno e as PME?

Como propõe melhorar o envolvimento pré-legislativo de comissões parlamentares, em particular no que diz respeito a iniciativas legislativas ao abrigo do artigo 225.º do TFUE? Que medidas irá tomar para a realização de consultas adequadas e completas das partes interessadas, por forma a assegurar a adequação da legislação ao crescimento, à criação de emprego, à inovação e à competitividade?

Como garantirá uma melhor fiscalização e execução da legislação relativa ao Mercado Único Digital e verificará o cumprimento dos seus compromissos pelos Estados Membros?

A iniciativa «legislar melhor» é uma das prioridades da nova Comissão que estou pessoalmente empenhado em aplicar no meu domínio de intervenção. A Comissão está a melhorar e reforçar continuamente as suas ferramentas para «legislar melhor» – avaliação de impacto, consulta das partes interessadas e avaliação propriamente dita. Estas serão utilizadas de forma integrada na análise dos impactos económicos, sociais e ambientais das medidas do Mercado Único Digital, com base nos melhores dados disponíveis. Farei um esforço concertado para assegurar que as políticas aplicadas ou avaliadas sob a minha responsabilidade respeitem os princípios e práticas da iniciativa «legislar melhor».

A importância atribuída a uma melhor regulamentação reflete-se na nomeação do Primeiro Vice-Presidente indigitado, com quem trabalharei em estreita colaboração e de forma proativa na revisão da atual abordagem «legislar melhor». Vou apoiá-lo na identificação das áreas em que é possível melhorar a legislação existente, procurando assegurar que as novas iniciativas respeitem os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e produzam os seus resultados com o mínimo de encargos para as empresas, em especial as PME.

A Comissão considera bem-vindas todas as contribuições para os seus processos preparatórios de legislação, e faz questão de as incluir nos principais documentos de programação enviados ao Parlamento Europeu e publicados. Este aspeto é particularmente importante para as iniciativas ao abrigo do artigo 225.º, a que o Presidente eleito dedica especial atenção. A Comissão acordou com o Parlamento Europeu que estes pedidos terão resposta no prazo máximo de três meses. Quando são adotadas iniciativas, a Comissão respeita as práticas de «legislar melhor» – avaliação

de impacto e consulta das partes interessadas – o que deverá permitir que o contributo do Parlamento Europeu para o processo preparatório seja incorporado numa fase precoce.

A melhoria da consulta das partes interessadas tem estado no centro dos esforços da Comissão nos últimos anos, com o objetivo de melhorar a governação europeia e garantir uma regulamentação melhor e mais inteligente que favoreça o crescimento, a criação de emprego, a inovação e a competitividade. Vou empenhar-me em garantir uma ampla consulta antes de apresentar novas propostas e iniciativas políticas, incluindo as que eventualmente deem seguimento a uma resolução de iniciativa legislativa adotada pelo Parlamento Europeu. Acompanharei igualmente a preparação da revisão das orientações internas para a consulta das partes interessadas, para garantir que as normas mínimas e princípios que regem a consulta das partes interessadas pela Comissão sejam aplicados de forma coerente em toda a Comissão.

Os benefícios da legislação da União para os cidadãos, as empresas e a sociedade em geral só se materializam se essas normas forem efetivamente aplicadas no terreno. Para que tal aconteça, é necessária uma ação coletiva. Vou trabalhar com o Primeiro Vice-Presidente responsável pela pasta «Legislar Melhor» a fim de assegurar que, ao longo do tempo, a Comissão conceba as suas propostas de forma a tornar a execução mais simples, mais barata e com menos encargos, em linha com os princípios da regulamentação inteligente.

Irei igualmente instar os Estados-Membros a abordarem com a maior seriedade a sua responsabilidade de dar execução ao direito da União. A Comissão pode contribuir com a elaboração de orientações e planos de execução que expliquem as regras e permitam antever os problemas. Tenciono igualmente assegurar que, nos domínios sob a minha responsabilidade, a Comissão procure resolver atempadamente os problemas através do EU Pilot, que nos ajuda a encontrar soluções mais rapidamente com os Estados-Membros – 70 % dos problemas são agora resolvidos desta forma. Como último recurso, contudo, não hesitarei em apoiar ou exigir o lançamento de procedimentos formais de infração para que os Estados-Membros respeitem as suas obrigações.

Nota final 1: Eurobarómetro standard n.º 81.